

ELETRIFICAÇÃO, VIDA URBANA E O PAPEL DA MULHER

ELECTRIFICACIÓN, VIDA URBANA Y EL PAPEL DE LA MUJER

ELECTRIFICATION, URBAN LIFE AND THE ROLE OF WOMEN

RESUMO

As inovações tecnológicas são responsáveis por grandes mudanças em todos os âmbitos das sociedades. Este trabalho, pelo viés do desenvolvimento e da expansão do uso da energia elétrica, analisa as profundas transformações provocadas por essa inovação técnica na produção do espaço urbano, no mundo do trabalho, na organização da vida das famílias, no cotidiano das pessoas e no papel das mulheres. As mudanças trazidas aos lares em decorrência da inserção das tecnologias no cotidiano, bem como no papel que as mulheres desempenham, seja no mercado de trabalho, nas vanguardas artísticas e políticas e nas lutas pelos direitos, bem como na manutenção de suas responsabilidades enquanto responsáveis por manter as condições de reprodução social das famílias. Tais discussões são realizadas mobilizando-se as noções de moderno, de modernização, de modernidade e de utopia, enquanto aponta as contradições e as desigualdades que permanecem e perpassam a vida da classe trabalhadora nas cidades.

PALAVRAS-CHAVE: inovações tecnológicas, energia elétrica, produção do espaço urbano, trabalho feminino.

RESUMEN

Las innovaciones tecnológicas son responsables de cambios importantes en todos los ámbitos de la sociedad. Este trabajo, desde la perspectiva del desarrollo y expansión del uso de la energía eléctrica, analiza las profundas transformaciones provocadas por esta innovación técnica en la producción del espacio urbano, en el mundo del trabajo, en la organización de la vida familiar, en la vida cotidiana de las personas y en el rol de la mujer, desde los cambios traídos a los hogares como consecuencia de la inserción de tecnologías cotidianas en ellos, así como en el rol que desempeñan, ya sea en el mercado laboral, en las vanguardias artísticas y políticas y luchas por los derechos, así como mantener sus responsabilidades como responsables de mantener las condiciones de reproducción social de las familias. Tales discusiones se llevan a cabo movilizand las nociones de moderno, modernización, modernidad y utopía, al tiempo que señalan las contradicciones y desigualdades que persisten y permean la vida de la clase trabajadora en las ciudades.

PALABRAS-CLAVE: innovaciones tecnológicas, energía eléctrica, producción del espacio urbano, trabajo femenino.

**ODETTE CARVALHO DE
LIMA SEABRA**

Universidade de São Paulo
odseabra@usp.br

Artigo recebido em:

01/09/2020

Artigo aprovado em:

01/10/2020

ABSTRACT

Technological innovations have significantly changed the society in many ways. This paper analyses the major changes caused by the development and the spread of electric energy utilization in the production of urban space, in labour, in the organization of family and households, in everyday life and in the role of women, such as the changes brought to the households as an outcome of the introduction of everyday technologies in them, as well as in the role they play, whether in the job market, in the artistic and political vanguards and in the fight for rights, as well as in their role of household management as the person responsible for maintaining the conditions of social reproduction of their families. This debate is supported by the notions of modern, modernization, modernity and utopia, while highlights the contradictions and inequalities that remain and permeate the life of the working class in the cities.

KEYWORDS: technological innovations, electrical energy, urban space production, women's labour force.

INTRODUÇÃO

As inovações tecnológicas que se avolumaram por volta de meados do Século XIX deram origem aos sistemas elétricos, modernizadores das cidades e suporte dos processos de urbanização-industrialização. A eletricidade incidiu sobre os processos produtivos, fundou a indústria eletroeletrônica e corresponde a um importante capítulo do desenvolvimento das forças produtivas. O descompasso entre a oferta de energia elétrica e capacidade de pagar dos usuários fez surgir um problema relativo ao consumo clandestino. Embora grave, não impediu que as tecnologias do cotidiano tomassem seu lugar na vida cotidiana e então pudessem contribuir para alterar o papel da mulher nas famílias e na sociedade.

As considerações sobre as noções de moderno, de modernização e de modernidade

servem de suporte para refletir sobre os efeitos das inovações tecnológicas ocorridas no campo da produção e da distribuição da energia elétrica, bem como de suas repercussões no âmbito da vida social. Essas noções servem também de suporte para fixar parâmetros de abordagem sobre a eletricidade, a indústria elétrica e certas implicações da eletrificação no contexto da vida urbana, âmbito no qual sobressai com exuberância o papel da mulher na sociedade. A esse propósito será mobilizada a noção de utopia como método de investigação social.

A modernização das nossas sociedades ocorreu impondo a antinomia entre o tradicional e o moderno. No seu movimento, que é síntese de diferentes temporalidades históricas, provocou cisões e separações nos diferentes níveis da vida social. Pode-se dizer que, como tendência, o tradicional se moder-

GEOGRAFARES 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

JULHO- DEZEMBRO, 2020
ISSN 2175-3709

niza mesmo que seja guardando certas defasagens e sem totalizar o tempo e o espaço social como expressão unitária dos processos que os envolve.

Trata-se de um processo que, ao perpassar a sociedade de cima a baixo, expõe a desigualdade sobre a qual se assenta. Desigual e combinada, no tempo e no espaço, a modernização capitalista, além de condensar a acumulação de diferentes tempos sociais e históricos, aprofunda a divisão do trabalho na sociedade.

O culto sucessivo do moderno, como ocorre nas representações estéticas de época, seja de produto ou coisa, pode ser compreendido por modernismo. Mais essencialmente estamos diante do novo, da novidade com todos os adornos que lhe corresponde, tais como os seus simbolismos e significações, num fluxo de sentidos que se designam por modernidade.

SISTEMA ELÉTRICO E URBANIZAÇÃO

Quando os sistemas elétricos constituem o novo torna-se possível identificar, com relativa precisão, o choque que decorria dessa imposição pelas separações, cisões, quebra de unidade de relações pressupostas, que vinham de um outro tempo histórico. Pois, a cidade em ebulição, os bondes elétricos e os trabalhadores assalariados implicavam na modernização da cidade. Refiro-me à cidade de São Paulo, que em Pierre Monbeig, havia se tornado um mercado de homens.

As inovações tecnológicas que se avolumaram por volta

de meados do Século XIX e passaram a integrar o conjunto das forças produtivas, como é a energia elétrica, seriam em seguida suporte essencial aos processos correlatos de industrialização-urbanização, implicando em mudanças fundamentais nas várias esferas da vida social. A concentração de unidades fabris e de operários, com a formação de bairros inteiros ao lado das fábricas, criava uma dinâmica nova, que estimulava migrações campo-cidade. Com as fábricas se formaram sindicatos de trabalhadores, a imprensa dos operários e, paradoxalmente, ao provocar a concentração de população em algumas cidades, provocava o esvaziamento de pequenas cidades adensando o fluxo de migrações em direção a cidade grande.

A mobilidade do trabalho em direção às fábricas, o próprio deslocamento das fábricas em posições mais favoráveis à lógica da concentração tanto de trabalhadores como das indústrias explica-se, pelo menos em parte, pela substituição da energia motriz a vapor, (baseada na queima do carvão ou da lenha) pela energia hidrelétrica. As indústrias foram liberadas dos condicionamentos locais, ou pelo menos os tornou menos determinantes, uma vez que o transporte da eletricidade já era possível. E a indústria, uma vez implantada, produz efeitos em cadeia a tal ponto que a concentração espacial é uma consequência lógica.

Tempos lentos de domínio dos ciclos naturais na agricultura em certa harmonia com as artes de fazer no âmbito do vivi-

do, nível da existência imediata dos sujeitos, seriam gradativamente superados porque o pensamento racional encontrou aplicabilidade ao aproximar-se da natureza para subjugar-la aos seus propósitos. A natureza natural do mundo torna-se objeto das artes de fazer em segundo grau (plano teórico-científico) de onde nascem os complexos engenhos aplicados na geração, na transmissão e na distribuição de energia elétrica. A modernização social carrega atributos de origem que fazem valer a força de uma história nova, tal como é à força de um tsunami ao varrer tudo aquilo que não lhe corresponde, deixando para trás resíduos de história pregressa.

A eletricidade revolucionou processos produtivos e fundou, ela própria, a indústria elétrica que corresponde a um importante capítulo do desenvolvimento das forças produtivas. Nas fábricas, elevou a produtividade do trabalho ao ampliar o tempo de utilização das máquinas decorrente da instauração do trabalho por turnos. Da mesma forma, amplificou o uso e o desfrute das cidades como ambientes de vida e trabalho tornando, muitas delas, vitrines do mundo. Muitas cidades tiveram o tempo redefinido a tal ponto que, para algumas atividades, o dia e a noite se tornaram equivalentes, em termos de consumo de energia. Nos lares, o efeito da eletricidade foi revolucionário não apenas pelas tecnologias do cotidiano,

mas, sobretudo, porque já não era necessário o recolhimento compulsório ao anoitecer. A luz elétrica iluminou o caminho do desenvolvimento do capitalismo, movendo as máquinas e propiciando a intensificação dos ritmos não apenas do trabalho, mas em todas as atividades humanas.

De maneira incipiente no Brasil, ainda em meados do Século XIX, ocorre a formação de algumas poucas fábricas utilizando-se de energia a vapor, que era tecnologia da primeira revolução industrial. Em 1907, 73 por cento da fonte inanimada de energia para indústria era vapor. Apenas 5 por cento era elétrica, em 1920 esse panorama foi alterado drasticamente: 47,2 por cento, usavam energia elétrica e apenas 36,2 por cento usavam o vapor. Em geral essa produção de energia elétrica, em pequena escala, ocorria em unidades autônomas, ligadas às fábricas, como ocorreu com a primeira usina instalada no Brasil, a Usina de Marmelos em Juiz de Fora - MG. A facilidade de importação de bens de capital facilitava a instalação de unidades autônomas de geração (SAES, 2008).

Importantes constatações foram feitas sobre o complexo cafeeiro como gerador de riqueza e acelerador dos circuitos de acumulação tanto na produção de café, como ao nível intermediário dos negócios ligados ao café. Essa riqueza foi suporte para os novos processos de urbanização-indus-

GEOGRAFARES 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

JULHO- DEZEMBRO, 2020
ISSN 2175-3709

1. *Memória da Eletricidade*,
1988, p.30

2. DUNCAN 2008. p143

trialização relacionados à apropriação da natureza e visando a produção de energia elétrica. E isso não apenas porque o Brasil é um país de grande potencial hidrológico, mas porque com a acumulação cafeeira foram construídas as bases de uma sociedade muito mais complexa.

As explorações dos recursos hídricos foram destinadas a mover as máquinas do capitalismo, a proporcionar infraestrutura de transportes, através dos bondes elétricos, a iluminar ruas e praças, vitrines e residências. Depois, os teatros, as redações de jornais cotidianos, a radiodifusão, o cinema. As cidades se encheram de beleza. O centro histórico, lugar de nascimento da cidade em todo Ocidente, lugar do Fórum e da Catedral, começa perder prestígio em favor das modernidades que a eletricidade propiciava. As avenidas para desfrutar dos *boulevards*, os cafés, os parques. A eletricidade enriquecia a vida pública.

Muitas cidades se notabilizaram pelo novo décor que a iluminação pública proporcionou. Em 1879, ano da primeira demonstração pública da lâmpada elétrica de Edison, foi inaugurada, na cidade do Rio de Janeiro, a iluminação elétrica da Estação Central da Estrada de Ferro D. Pedro II. As 6 lâmpadas de arco substituíram os 46 bicos à gás que iluminavam o local, funcionando pelo menos durante sete anos¹.

Em São Paulo a montagem do sistema hidrelétrico se efetivou através de concessões de serviços públicos (produção, transmissão e distribuição de energia elétrica) ainda nos pri-

meiros tempos em que essa técnica se espalhou pelo mundo. As concessões (sucessivas) obtidas pelos investidores canadenses, depois identificados por Grupo Light, justificavam-se pelo fato de que a cidade de São Paulo, ao final do Século XIX, despontava como um mercado promissor para investimentos em atividades de serviços públicos. Era expressivo o crescimento demográfico: em 1872 tinha 31.000 habitantes, e em 1900 tinha 239.000 habitantes, com acelerada diversificação das atividades comerciais e urbanas espelhadas nas atividades bancárias e pelo número de estabelecimentos industriais.

O Grupo Light, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo, praticou um padrão moderno de relações de trabalho. Tais relações deveriam, por princípio, serem pacíficas. De modo paternalista impedia a sindicalização dos trabalhadores e oferecia, em contrapartida, benefícios e salários superiores aos postos e carreiras semelhantes. Os trabalhadores da Light atravessavam a cidade com os uniformes que os distinguia como uma espécie de *aristocracia operária* nas cidades que se modernizavam. Em pouco tempo (por efeito demonstração) produziu efeitos duradouros nos ambientes de trabalho e de vida difundidos a partir dos Estados Unidos².

Em verdade, no decurso do processo que transformou a cidade de São Paulo em metrópole, foram sendo obscurecidas as representações de São Paulo como cidade da Light veiculada nos jornais cotidianos em tempos anteriores. Como empresa

de serviços públicos a Light tomara a cidade como objeto de suas intervenções modernizadoras ao transformar a cidade num canteiro de obras da Companhia. Assentava trilhos de bonde, canalizava gás, colocava postes, estendia fios elétricos e de telefonia, distribuía força motriz para indústrias e empregava um exército de trabalhadores. A Light estava em toda parte e até meados do Século XX todos os moradores de São Paulo se dirigiam mensalmente aos escritórios da Companhia, no centro da cidade, Viaduto do Chá, para saldar débitos de consumo de eletricidade. São Paulo, cidade moderna na década de cinquenta, rapidamente vai mudando de qualidade. O novo emerge no horizonte. O novo é a metrópole capitalista que chega a ser a maior concentração urbana do hemisfério Sul, guardando certas marcas que são pontos da história pregressa. Os fios da Light e as estações rebaixadoras de voltagem tornaram-se mais, muito mais, densos e as estações, mais numerosas.

Na década de 1950 parece instalar-se um processo de dupla face, característico da urbanização de São Paulo. Os fatores de concentração industrial se intensificam com a modernização do parque industrial decorrente do Plano de Metas. Em consequência, a região industrial do ABC paulista ganhou projeção nacional com a implantação da indústria automobilística e como centro da organização operária.

A concentração urbana é rápida e voraz. Em decorrência,

as estruturas internas da cidade pareciam implodir à medida que explodia, em muitas direções, o tecido urbano na formação das periferias urbanas. Configurava-se a metrópole. Depois dos anos 1980, mal se distingue as partes do todo na justaposição de formas desconexas que caracterizam a morfologia da metrópole. Agora, são os pontos-nexos de rede que se inscrevem nessa textura indiferenciada, ao mesmo tempo homogênea (estruturas de circulação) e quebrada (espaços de viver) do espaço da metrópole.

Em meados do Século XX, a região Centro-Sul do Brasil apresentava um índice de eletrificação de países medianamente industrializados, enquanto que outras áreas, principalmente Norte e Nordeste, classificavam-se entre as regiões menos eletrificadas no mundo. E assim segue até adentrar no Século XXI. Nos últimos anos o programa do Governo Federal conseguiu integrar 16 milhões de brasileiros como consumidores de energia elétrica entre 2013 e 2016. No mesmo período foram instalados 8,5 milhões de postes para sustentar os cabos de transmissão, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. Absurdo que regiões inteiras não usufríssem, ainda, das tecnologias do século XIX.

A Rede Elétrica e os "Gatos"

A geomorfologia do sítio de São Paulo foi amplamente considerada no arcabouço das redes do sistema de transmissão, pois



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

JULHO - DEZEMBRO, 2020
ISSN 2175-3709

3. *Gato é o nome popular para ligação clandestina. Pode ser de água, luz, televisão e gás encanado.*

está implícito na disposição dessas redes, que as várzeas do Tietê foram evitadas, em época que sequer o conceito de várzea circulava em condições de ser operacionalizado. Foram, precisamente, delimitados os níveis de terraços para implantação das redes de transmissão, o que denota um bom conhecimento do terreno para transposição de rios, riachos e córregos, para a abertura de matas, para instalar as enormes torres de ferro, suporte para os fios de alta tensão, obras pioneiras dos engenheiros da Light.

São Paulo, metrópole do capital financeiro, guarda e sintetiza diferentes tempos do processo de eletrificação, o qual se pode apreciar através de certos dispositivos (ou estrutura normativa) destinados a reger a distribuição e os usos da energia elétrica. Neste trabalho pode parecer próprio, adequado, refletir sobre *fios* e impróprio refletir sobre “gatos”³. Aí está o nó do problema. Por toda a cidade as linhas de transmissão implantadas nas primeiras décadas do Século XX formavam uma trama de ligações e interligações que atestavam a presença da Light; trabalhos analíticos sobre produção do espaço da zona norte de São Paulo demonstram que o transporte de energia produzida em Santana do Parnaíba, com tensão rebaixada em Nossa Senhora do Ó, destinava-se a suprir o consumo residencial e de serviços, em toda a zona norte de São Paulo.

Era uma longa extensão atravessada pelos *fios da Light*, no dizer dos moradores locais. Os

terrenos ocupados com as linhas de transmissão, em toda extensão, eram cortados por faixas de 50 metros de largura (Instituto da Servidão Pública). Terrenos laterais (sobrantes) ficavam interditados para outros usos, por se tratar de corrente de transmissão elétrica. A disposição normativa de uso desses terrenos, segundo consta de relatórios da Light, era parte integrante da função de segurança sistêmica. Agora, um século depois, a espinha dorsal do sistema de transmissão, ainda guarda partes do desenho original. Mas, obviamente, todo sistema ganhou graus de complexidade porque o espaço original da cidade de outrora foi ampliado inúmeras vezes. A mobilidade geral do urbano ampliava sem cessar as áreas de urbanização contínua, deixando sobressair elementos da estrutura original, como são as enormes torres em ferro batido, a sustentar as linhas de transmissão de vários calibres (tensão), em meio ao casario.

Em São Paulo, somente nos loteamentos da Companhia City (bairros Jardins) foi preservada a faixa de servidão. Em realidade, a concentração urbana se fez em progressão geométrica e avançou sobre os “terrenos de segurança sistêmica” de um modo generalizado. Até mesmo nas franjas dos antigos terrenos da City, a faixa de segurança deixou de existir.

A rigor, a própria Light, ainda nos primeiros tempos fazia concessão de uso de faixas lindas para agricultores cultivadores de produtos de mesa e inclusive de flores. Mas não é

disso que se trata agora. O contingente de moradores que procuram lugar de habitação é tão grande que em certos setores do espaço urbano os moradores, fios e torres de transmissão andam juntos.

A reprodução ampliada das desigualdades, sob a lógica reprodutiva do capital industrial-financeiro, condiciona a mobilidade compulsória dos pobres. Atenuar seus efeitos faz parte das estratégias de sobrevivência que implicam em ocupar espaços tidos por vazios. O que é, de fato, transgressão da norma. Mas isso não é tudo. A periferização dos pobres muitas vezes fica mal compreendida se não consideramos as rendas territoriais que interdita moradores pobres de permanecerem no seu lugar. Em São Paulo, ninguém morre onde nasceu, a especulação com terrenos e habitações vai muito além do possível. Tanto que, sob pressão de carências absolutas, a população acomoda-se como pode, ora comprando terrenos grilados (sem documentação) para construir um abrigo, geralmente na longínqua periferia, ora alugando quartos nas favelas, ora participando dos movimentos por moradia (movimentos que abordam diretamente o poder público) ou integrando o movimento de ocupação de prédios na área central.

O alargamento do espaço urbanizado, carente de serviços públicos e privados, se amplia. Há movimentos de diversos matizes, que encaminham a luta social. Portanto, entre o rol de expedientes pelos quais passa a sobrevivência dos pobres

estão também as ocupações de terrenos de Servidão Pública pertencentes ao sistema elétrico e, estão também, os “gatos”: técnicas aplicadas no furto de eletricidade.

O roubo elétrico suga 5% da produção nacional de energia; 32,5% no Amazonas; 28,1% no Amapá. Os dados mostram que o lugar onde há mais “gatos” é o Rio de Janeiro; 1,75 (hum milhão, setecentos e cinquenta mil moradores) furtam energia dos postes cariocas. Na Baixada Fluminense 40% da carga são desviados. Gatos consomem, ainda, energia do Norte e Oeste do Rio de Janeiro. As perdas com gatos na rede elétrica em 2017 chegou a 8 bilhões de reais. Mais de 15 milhões de megawatts escorreram pelos cabos de ligações clandestinas.

O sistema de distribuição continua em funcionamento porque, em que pese esse desvio de fluxo, as distribuidoras trabalham com margem de preço suficiente para cobrir a diferença entre a energia que compram das usinas e as que, efetivamente, faturam para seus usuários.

Prolongando o movimento do capital em abstrato, surgiram empresas produtoras de novos equipamentos eletrônicos para atuar nessa esfera de problema. Coube a empresa Concert Technologies desenvolver e pôr em funcionamento os medidores de furtos, para dimensionar os “gatos”.

O aparelho, fixado no poste, mede todo o fluxo de energia que passa pelo transformador ali localizado. Cada transformador fornece energia elétrica para 40



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

JULHO - DEZEMBRO, 2020
ISSN 2175-3709

a 60 domicílios. Registrado o consumo total em KW, esta informação é cotejada com o total pago pelos consumidores. A diferença é o “gato”, o consumo clandestino. Após aplicarem todos os índices econômicos de correção-atualização dos preços, as empresas distribuidoras podem agregar essa diferença ao preço da energia no exercício seguinte. Portanto, os consumidores pagadores pagam pelos que não pagam. Assim é que ocorre roubo de eletricidade através dos gatos.

O capitalismo pode tudo. Não, quase tudo, porque não pode anular as suas contradições e tem que administrá-las dentro de limites estreitos, como nestes casos do consumo de eletricidade. Em suma, a eletricidade, mercadoria adquirida junto às usinas, sob premissa do consumo coletivo, deve ser vendida aos moradores cujo domicílio tenha sido cadastrado na distribuidora. Acontece que os aparelhos medidores instalados junto aos transformadores registram a totalidade dos fluxos de energia destinada ao consumo (na área específica do fornecimento). O paradoxo consiste em que o total do consumo em KWs registrado é rateado entre os domicílios cadastrados incluindo, portanto, o consumo clandestino. Logo, sobre os primeiros (cadastrados) recai o ônus do consumo clandestino.

É importante fixar que a energia elétrica sendo produzida na empresa pública ou na empresa privada, produz uma mercadoria de consumo coletivo, por isso não há solução para

os gatos fora de novas contradições como esta que promove a socialização das perdas. Constatada-se, portanto, que as distribuidoras lançam o que seria seu prejuízo na conta dos consumidores que saldaram seus débitos.

Interessante observar que a ausência de referências históricas sobre a eletrificação gera ambiguidades ao nível da administração pública e mesmo da sociedade. Pois é comum se combinarem complacência e indignação em relação ao funcionamento do sistema elétrico. Elas (as ambiguidades) decorrem do distanciamento ou da alienação social que, sob o impacto da urbanização, naturaliza os processos sociais.

Tanto que em situação de crise de fornecimento logo emerge o lado trágico levado à exaustão. Tem-se que concordar na quase impossibilidade de sobreviver no urbano sem eletricidade; os suportes materiais da vida são os elevadores, a iluminação pública e privada, os equipamentos domésticos, entre outros tantos.

As ligações clandestinas (os gatos) parecem ocorrer como expediente, de início temporário, mas que pode se estender indefinidamente. Ocorrem, sobretudo, nas condições precárias de moradias pobres como são os barracos das favelas, botequins, as vielas. Territórios onde o uso é insurgência; todo o uso é insurgente, seja do espaço, do tempo e mais importante, o uso da energia criativa de cada um.

A alienação tem um lugar próprio quando se trata da apropriação de elementos do mundo

natural. Tem um lugar escondido, coberto por camadas de feitos e atos revestidos de misticismos diversos, expressão do ideário do progresso material, que acompanha a modernidade. O simples ato de digitar o interruptor e acender a luz, ato inconsciente, parece independente dos processos que aconteceram antes. Não poderia ser de outra forma. A alienação e o seu contrário (a desalienação) andam juntos e só a atitude reflexiva pode inverter essa percepção e descobrir o seu sentido. Em relação à natureza, a apropriação e a propriedade se negam e se afirmam reciprocamente. A apropriação social da natureza torna muito complexa a explicitação do seu sentido.

A história da montagem dos sistemas hidrelétricos, que no seu processo específico consiste em conhecimento do terreno, conhecimento do potencial hidráulico das bacias, regulação de fluxos, construção de barragens, implantação de usinas geradoras e dos sistemas de transmissão de energia, é apropriação da natureza. Sendo, ao mesmo tempo, uma história da ciência e da técnica na perspectiva da construção da humanidade do homem.

A tese teórica de Henri Lefebvre, de grande valor heurístico, estudada por muitos de nós, mostrou-se evidente no caso estudado.

POPULAÇÃO RESIDENTE EM 2000

Região Metropolitana de São Paulo	16.346.908
Cidade	5.991.737
Periferia	10.355.171

Fonte: : IBGE- Censo Demográfico 2000

Refiro-me a implosão-explosão da cidade, em O Direito a Cidade (LEFEBVRE 1968). Em verdade, pode-se compreender a implosão como ruptura e corrosão de estruturas internas, como são as disposições normativas, próprias da estrutura jurídica da cidade e do urbano.

Neste caso, as normas de uso do território, implicando as linhas de transmissão e o Instituto de Servidão Pública, deixaram de funcionar, perderam eficácia, uma vez que circunstâncias e contingências da vida se impuseram de tal forma que os fios e pessoas passaram a ocupar um mesmo lugar (vence a insegurança). O que rompe por dentro é lançado para fora como são os furtos de energia, coisa impensável até bem pouco tempo. O interesse das distribuidoras é o de equacionar o problema gerado de modo que os gatos não impliquem em prejuízos; a solução adotada, como constatada, instaurou uma nova contradição em detrimento dos consumidores pagadores.

Resta a explosão, entendida como a periferização do todo e das partes. O tecido urbano avança em todas as direções, formando mosaicos desconexos. Logo, o conceito de periferia, pensado como *o fora, o distante*, cai em desuso. A periferia pode estar em qualquer lugar.



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

JULHO - DEZEMBRO, 2020
ISSN 2175-3709

Para compreender os processos descritos é necessário pensar a urbanização conceitualmente. Compreendê-la como momento e circunstância da reprodução da sociedade produtora de mercadorias, em cujos termos o urbano para todos se tornou impossível; *urbanização crítica*, como conceito, é a impossibilidade do urbano para todos. Só a crítica radical poderá tirar o pensamento desse atoleiro do caos urbano, capaz de obscurecer a lógica que o preside. Lógica que transformou o urbano em mercadoria (DAMIANI 2010), no qual a proletarização pode não ser definida pelo trabalho, mas pela falta de trabalho, implicando na destituição dos meios de vida. Nestes termos a reprodução do trabalhador, como sujeito histórico, também se torna impossível. Por isso que a *urbanização crítica* é também a pauperização dos trabalhadores. Os trabalhos da Professora Amélia Damiani, nos termos aqui expressos, esclarecem o conceito de *urbanização crítica*, como um estado, uma situação. É conceitualmente diverso da crítica do processo de urbanização.

ELETRIFICAÇÃO E VIDA URBANA

A ciência aplicada, o vapor, a eletricidade; todas são descobertas que chegam à vida cotidiana. Essa banalidade de um dia após outro ganhou estatuto de objeto científico. Pois, o homem moderno que emergiu nesse processo, com múltiplas ocupações, vivendo lá fora, devorado pela necessidade de

conservar sua fortuna e aumentá-la, a inteligência tomada de problemas sempre renovados, a carne adormecida pela fadiga de sua batalha cotidiana, foi ele próprio transformado em pura engrenagem na gigantesca máquina social em plena atividade, disse Emile Zola, ao final do Século XIX. Naquela época, o contraponto desse homem moderno (estressado) era o aristocrata arruinado sob o peso da tradição, a periclitando nas portas da miséria que o rondava.

Cotidiano e cotidianidade

Certo é que o homem moderno deu lugar a um outro homem, quicá o homem pós-moderno. Este homem teria que viver a abstração de atos e processos, experimentar situações que não necessariamente entende e desconhece a gênese. Essa alienação faz parte do cotidiano; a alienação cotidiana é uma realidade sem verdade. Voltar o pensamento para o cotidiano, refletir sobre o repetitivo, sobre o banal sobre o que aparece sem sentido, propõe o enigma a ser esclarecido e assim passa-se do cotidiano à cotidianidade. Ou seja, o mundo não filosófico (cotidiano) pode ser mais bem compreendido e até esclarecido no movimento do pensamento que lhe toma por objeto e o desvela. A cotidianidade não reflete o cotidiano, ela exprimiria sua transformação vislumbrada como possível, no ambiente de vida que tende para o urbano.

A vida urbana é a forma geral, necessária e lógica do desenvolvimento do capitalismo

porque ao ser aprofundada a divisão do trabalho foram criadas as bases para a alteração dos modos de vida progressos, tanto criando como modificando os modos de fazer, fosse do pescador, da costureira, do pedreiro, do sapateiro (assim por diante). Eram criadas novas áreas de trabalho que atingiam os ofícios oriundos de um outro tempo histórico. A socialização capitalista do trabalho progrediu em extensão e profundidade, sem abrir o caminho necessário para a apropriação social de espaço e do tempo. Nestes termos, a contradição lógica entre a propriedade e a apropriação está limitada na sua realização, o que torna impossível a restauração do produto e quicá, da obra. As relações de criação, no todo ou em parte, estão interditas pelo domínio do valor de troca. Isto porque, a difusão do trabalho como salário, generalizou o valor de troca, o consumo, lucros e dividendos dos capitais produtivos ou especulativos.

A produção social indica o domínio da troca sobre o uso, da quantidade sobre a qualidade, da propriedade sobre a apropriação. Os diferentes momentos desse gigantesco processo social indicam e esclarecem a posição de classe dos indivíduos e informa sobre os meios materiais pelos quais os indivíduos se inserem na vida urbana. Informa também sobre os efeitos da revolução tecnológica, no caso, a eletrificação, sobre suas vidas. Por óbvio, as classes altas sempre estiveram em condições de usufruir em primazia do que seriam as be-

nesses de tais processos. No entanto, é exatamente pelo fato de existirem as conquistas oriundas da ciência e das técnicas, que se vislumbra no horizonte um direito. Um novo direito: direito à vida urbana, tendo por conteúdo o urbano como modo de viver: lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem, que encontre sua base morfológica, bem como sua realização prático-sensível. O que pressupõe uma teoria geral da cidade e da sociedade urbana que utiliza os recursos da ciência e da arte.

Assim, o urbano enquanto utopia merece reflexão, estudos e atitudes, sobretudo políticas. Henri Lefebvre ocupou-se metodologicamente do cotidiano e da cotidianidade em pelo menos três de seus livros. Não cabe propor exegese sobre o assunto, mas salvaguardar as categorias que privilegia ao estudar o cotidiano, a saber: o trabalho, a família e o lazer.

O pensamento especulativo opera com ampla margem entre o real e o imaginário, ao projetar o urbano como síntese superior. Por isso é imperioso reafirmar a desigualdade como premissa de todo e qualquer raciocínio. O urbano como condição de existência é utopia para contingentes expressivos de moradores das cidades e das metrópoles.

Àqueles que vivem a ação de uma cotidianidade bem ordenada, será necessário mostrar a miséria irrisória dos subúrbios, das pessoas que moram nos guetos residenciais nos

GEOGRAFARES 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

JULHO- DEZEMBRO, 2020
ISSN 2175-3709

centros em decomposição e nas proliferações perdidas longe dos centros dessas cidades.

Não há urbanização para todos, mesmo assim é necessário morar, dispor desse valor de uso. Em determinados contextos como o Jardim Ângela, em São Paulo, as casas existentes foram construídas seguindo a lógica do possível e não dos códigos de edificações. O tamanho dos cômodos, sua localização, o material utilizado, a ventilação, a insolação, não garantem salubridade ou privacidade. As famílias compartilham espaços exíguos com múltiplas funções. O lazer fica restrito a parte externa da casa se esse espaço existir; caso contrário, ruas, vielas, passagens são utilizadas. Existindo muita violência, as crianças são mantidas fechadas nas suas casas.

Quando existem áreas coletivas, que são escassas, há forte competição por elas. Crianças jogam bola competindo com carros, motocicletas, bicicletas e pedestres. Roupas secam em varais que atravessam ruas e vielas dificultando a passagem das pessoas. Os fios elétricos atrapalham, provocam acidentes, mas não se pode viver sem eles. Os espaços são exíguos e ficam piores com o adensamento provocado pela formação de novos grupos familiares: os jovens que formam família, com frequência, são obrigados a continuar morando com os pais, o que aumenta o congestionamento das moradias, a tensão familiar e as disputas dentro das famílias, criam condições para violência física.

Nessas condições muitos

códigos ou normativas de uso do espaço urbanizado ficaram em defasagem em relação ao espaço assim configurado e as necessidades da população foram sendo resolvidas no limite do possível imposto por necessidades humanas, tais como: descansar o corpo (abrigo), saciar a sede (água), preencher o estômago (alimentar-se).

O PAPEL DA MULHER

A modernidade se manifesta como um acelerador da história no decurso de um processo que, como já assinalado, trouxe à luz do dia o encontro e o conflito entre o tradicional e o moderno. Construiu as bases sobre as quais se assentou a cultura do capitalismo, estruturou e deu visibilidade a sociedade de classes. Logo, são estes os parâmetros para apreciar o papel da mulher.

A consciência política formada por volta dos caracteres do gênero feminino (em princípio, biológicos e antropológicos) proposta como questão da mulher na sociedade, manifesta-se em diferentes níveis da vida social e tem gerado muitos questionamentos a propósito do papel da mulher. Desde que essa consciência do ser feminino emerge e se articula como consciência da diferença, almeja expressar-se no plano dos direitos e o papel da mulher se torna problema para a sociedade inteira, sobretudo, um problema para a democracia.

Na atualidade, no Brasil, as mulheres correspondem a 52% da população. Ocupam postos de trabalho em toda estrutura estatal e postos de trabalho re-

levantes no setor privado. Mas, segundo informações da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, órgão do Governo Federal, a renda do trabalho das mulheres é 30% inferior à dos homens.

A consciência da condição feminina gerou uma larga pauta de lutas que as mobiliza pela conquista de direitos reprodutivos, contra o trabalho não remunerado, defesa do trabalho doméstico, prioridade da mulher na família, por acesso a educação, entre outras demandas. As mulheres na política, embora em número reduzido, garantem políticas públicas de enfrentamento e de reconhecimento da cultura patriarcal machista e expõe o problema da misoginia nas relações de gênero.

As condições sócio-econômicas são determinantes na dura luta do dia-a-dia que enfrentam as mulheres. Dentre as mulheres pobres, os suportes materiais da vida estabelecem diferenças no cultivo das habilidades domésticas e no acúmulo de experiências. Como esse mercado de trabalho seleciona criteriosamente as trabalhadoras, muitas mulheres pobres, tem dificuldade de acesso a esse mercado porque não apresentam os atributos desejados. Mas, de um modo geral, indistintamente, as mulheres cumprem a dupla jornada de trabalho. Isto porque, inseridas nesse mercado, continuam sendo responsáveis pela reprodução da família. O que implica a educação dos filhos e o funcionamento da casa, a oferecer conforto e condições adequadas para atividade de

cada um dos seus membros. Esta demanda atravessa todas as diferenças sociais sejam elas muito pobres ou não.

Muito lentamente, o trabalho doméstico ganhou estatuto de trabalho. A legislação especial passou a regular as atividades domésticas como trabalho. Para as mulheres que a ele se dedicam foi uma conquista importante, após um período longo de discriminação e menosprezo. Foi importante também para a sociedade porque os salários do trabalho feminino sempre somaram a renda de reprodução da família.

Pode-se dizer que o trabalho doméstico de hoje é ainda herdeiro da tradição da casa grande. As mulheres das classes altas compram o trabalho das mulheres das classes baixas para garantir a estrutura de reprodução de suas famílias. Logo, estas das classes baixas, cumprem mais intensamente a dupla jornada. Este é um dos aspectos mais perversos da reprodução social, nos moldes como vivemos. Pois, o tempo de trabalho dedicado a reprodução das classes de maior renda exercido pela doméstica, libera os membros do grupo familiar de tarefas repetitivas do cotidiano para se dedicarem a outras atividades. Especialmente aquelas de formação intelectual, no campo das artes e da ciência. Enquanto o âmbito de vivência da doméstica é inteiramente perpassado pelo trabalho assalariado, frequentemente exercitado com baixa escolaridade e pouco conhecimento. As mulheres, como conjunto, começam a se ver nessa histó-

GEOGRAFARES 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

JULHO - DEZEMBRO, 2020
ISSN 2175-3709

ria. Tanto que o movimento das mulheres constrói pautas que interessam ao conjunto das mulheres e da sociedade.

Trabalho invisível

Transformar toda a atividade em trabalho é uma das prerrogativas fundamentais do desenvolvimento do capitalismo enquanto formação social. Tanto que, sob a lógica que preside a reprodução da sociedade, valorizar como mercadoria uma atividade exige enquadramento econômico-institucional, seja de agentes ou de processos tidos por modernos.

Interessante observar que a atividade doméstica não era identificada como trabalho, mesmo em situação de ser suporte essencial para a reprodução do trabalhador. Sendo o tradicional, um domínio das artes de fazer na família e na comunidade, âmbito no qual a mulher batalhou sozinha, porque a sociedade operava a mística de que o trabalho era aquilo que os homens faziam; segundo essa concepção a reprodução da família, do ponto de vista das condições de habitabilidade dos lares, preparo dos alimentos, educação, dedicação às crianças, aos idosos, aos enfermos e tudo mais que isso envolve nada tinha a ver com trabalho.

Em verdade um conceito de trabalho perpassava a sociedade inteira e se expressava de diferentes formas sendo, uma delas a noção de que as ocupações das mulheres, aquilo que faziam não era trabalho, portanto não precisavam frequentar os liceus e, menos ainda, obter diplomas superiores, para trabalhar fora do lar. O trabalho no lar era e sempre foi essencial para garantir a manutenção e reprodução das fa-

mílias, aspecto do problema que até hoje tem merecido poucas considerações.

Os preceitos transformados em valores sociais se difundiam de cima abaixo na vida social, se realizavam socialmente em conformidade com as condições objetivas e materiais da existência dos grupos em presença. Eram valores que impregnavam a sociedade, mas cuja realização dependia evidentemente das posições de classe. Sem reconhecimento algum, os trabalhos executados pelas mulheres eram absorvidos no contexto das famílias pobres, com naturalidade.

Na família operária, a mãe de família ocupava-se de toda infraestrutura necessária para que os homens da casa estivessem prontos para o trabalho no lugar e na hora previstos. As marmitas preparadas pela madrugada ou no dia anterior, a roupa lavada e remendada, compunha o trabalho diuturno das mulheres da casa; e, diga-se, era condição necessária, para o trabalhador estar na fábrica. Este trabalho das mulheres nunca teve preço. Aliás, como disse, sequer era reconhecido como tal. As mulheres das classes altas, patrimonialistas, se omitiram em relação às tarefas nos lares. Num certo momento tiveram escravas, depois mucamas, depois governantas, babás, à disposição. Algumas puderam se ocupar das artes e da política.

Aos mais pobres, migrantes recém egressos do campo e negros descendentes do escravismo colonial, a sociedade do trabalho em formação negava-lhes as prerrogativas de trabalhadores. Nessas condições, homens e mulheres se acomodavam nos interstícios da trama social, sem merecer qualquer identificação além de pobres. Ficavam relegados à própria sorte.

Atributos sociais quase sempre aparecem como características de estratos médios. Eles compõem o amálgama social da industrialização, seja pela propriedade de bens patrimoniais, ou de renda de trabalho.

Pesquisas interessantes mostraram como muitas mulheres lutaram por obter renda de trabalho, ao mesmo tempo em que mantinham as suas atividades nos lares. Essas mulheres executavam trabalhos sem identidade (quero dizer sem nome), tornado suporte de reprodução material das famílias. Em conjunto, muitas eram mulheres *trabalhadoras invisíveis* que nas fases iniciais da industrialização de São Paulo, inseriam-se como podiam no movimento interno da produção de mercadorias em certos tipos de indústria.

Mulheres pobres, costureiras iam ao bairro judeu de confecções, o Bom Retiro, em São Paulo, retirar pacotes de peças cortadas para costurar nas próprias casas. Havia mulheres que se aprimoravam na confecção de caixas porta-joias e também as produziam no interior das próprias casas. Da mesma forma, lavadeiras circulavam nos trens e nos ônibus com as trouxas de roupas para lavar ou com roupas lavadas e passadas nas próprias casas.

Todas traziam para suas casas trabalho que não podiam executar nas fábricas porque as outras tarefas, aquelas ligadas à reprodução das famílias, impediam-nas de ser operárias. Não menos importantes que essas atividades exercidas no âmbito doméstico, havia ainda outras, inseridas na categoria dos trabalhos invisíveis, como aquelas geradoras de uma economia dos quintais. Entre elas, o cultivo de hortaliças, a criação de galinhas,

de patos, marrecos e, em muitos e específicos casos, até mesmo a criação de animais maiores; a vaca para obtenção de leite, o porco para obtenção de gordura e carne. Essa produção de valores de uso prestava-se ao consumo das famílias, servia para pequenas trocas (escambo) e, eventualmente, para formar um pecúlio. Tudo dependia, evidentemente, de que as famílias tivessem os quintais.

Em São Paulo, até os anos quarenta os lotes urbanos comportam grandes quintais. Os loteamentos populares, nos quais se praticou a autoconstrução, eram de exíguos terrenos, destinados à massa trabalhadora. Surgiram na década de 1940 e geralmente eram divididos entre dois compradores.

As tecnologias do cotidiano

As inovações tornadas possíveis com a difusão da eletricidade ganharam múltiplas formas e alcançaram a vida privada. No universo doméstico provocou estímulos transformadores de hábitos e costumes seculares na forma como as famílias se organizavam. A vida pública se tornou mais rica e diversa criando estímulos para o encontro e a festa nas cidades que ganhavam iluminação pública. Muitas horas eram dedicadas ao convívio, sinalizando as formas de lazer que seriam novas mercadorias, até que o lazer entrasse definitivamente no rol das necessidades programadas.

O progresso técnico era o lastro do processo de industrialização em curso. A ciência aplicada abriu um campo de possibilidades para dar continuidade aos inventos da segunda Revolução Industrial, desde que vislumbrados os processos de



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

JULHO- DEZEMBRO, 2020
ISSN 2175-3709

transmissão de eletricidade, com a montagem de rede elétrica, para distribuição e consumo doméstico. Grupos econômicos articulados na formação de grandes empresas, como General Electric e Westinghouse, presentes desde o primeiro momento das pesquisas e montagem dos sistemas elétricos, deram os passos seguintes e entraram no campo virgem dos trabalhos invisíveis, como era o âmbito da vida doméstica. Em sequência, a indústria eletrotécnica desenvolveu compartimentos destinados a produção de equipamentos que passaram a invadir a vida doméstica e a definir o cotidiano como forma de emprego do tempo.

Desde a descoberta de ondas eletromagnéticas, no último quartel do Século XIX, a transmissão de sinais abriu caminho para comunicação à distância, mais tarde aperfeiçoada na transmissão por fios elétricos. Foi aberto o caminho para a rádio difusão, que no Século XX inaugurou o que Woody Allen denominou de “a era do rádio”. Pode-se dizer que uma das primeiras formas de lazer a chegar até a vida cotidiana foi a radiodifusão. Somente para ilustrar, a esse propósito, lembro de Vargas Lhosa em a “Tia Júlia e o Escrivinhador”. Escritor peruano, de humor sutil, tratou da repercussão das novelas de rádio na vida cotidiana de Lima, nos anos cinquenta.

Nessa obra, Pedro Camacho, escritor das novelas, a partir de certo momento, equivocadamente ou por qualquer outra razão, faz os personagens morrerem em uma novela e nascerem em outra. O mocinho de uma novela se casa com a mocinha de outra novela, assim por diante, causando balbúrdia no imaginário dos moradores de Lima. Nessa

época, as novelas de rádio pareciam sincronizar o ritmo do cotidiano.

Os eventos ligados à Segunda Guerra Mundial, de certa forma, retardaram a difusão e alcance dos novos equipamentos eletrodomésticos. O comércio internacional sofria as consequências da geopolítica que levou à guerra. Mas, ao final dos anos quarenta, e, sobretudo nos anos cinquenta, o mundo assistiu no cinema e depois na televisão, viu nas revistas e também nos jornais cotidianos como é bom ter um liquidificador para fazer limonada, preparar sucos de frutas para as crianças. Em verdade, quando as crianças já não iam ao quintal colher a laranja, porque os pés de laranja já não existiam, começamos a acreditar que o liquidificador faz algum sentido. Que ter uma batedeira elétrica para preparar bolos é visto e sentido como coisa extraordinária! Concomitantemente, vieram as geladeiras. Assim, não seria necessário comprar alimentos perecíveis diariamente. O ferro elétrico, depois os aparelhos de ar condicionado, os filtros de água de natureza muito variada, vaporizadores de limpeza, máquinas de lavar roupa, as secadoras de roupa etc.

Foi o capital da indústria elétrica que detectou as oportunidades de inovar, investir, capitalizar nas atividades cotidianas das famílias e, pelos seus efeitos reais ou metafóricos, lançou para fora da casa todos os seus membros, em consequência do aprofundamento da divisão social do trabalho e de novas expectativas de vida que surgiam. A vida moderna. Os trabalhos na forma de oferta de serviços nunca mais deixaram de se diversificar ainda mais agora sob o foco estruturante do setor informacional. Aliás, em meio à

espetacular revolução que projeta o setor informacional, calcado na microeletrônica, para amplos campos de atividades produtivas e improdutivas.

O cinema americano, que foi combustível de formação dos jovens do pós-guerra se encarregou de produzir a mística dos equipamentos - ilusoriamente ou não - destinados a diminuir o peso das tarefas cotidianas. Revistas femininas surgidas em grande número no período, creem na sobra de tempo que seria então dedicado à leitura, à formação pessoal. E ainda, conseqüentemente, seriam libertadores das mulheres.

Os apelos midiáticos alcançam, sobretudo, a mulher da classe média e produzem padrões que são difundidos para baixo e para cima do edifício social. Gradativamente a forma de lazer moderno por excelência, como é a televisão, foi se estabelecendo no âmbito das famílias e ocupou o lugar principal da casa. Tudo se via na televisão. Assuntos em pauta nas famílias, entre amigos, quase sempre, derivavam das motivações que a televisão propunha. As variações de modelos, de tamanhos e, mais tarde, a televisão colorida eram sempre motivação para promover a substituição da velha por uma nova. Padrões de beleza, comportamento, moda, esporte, política eram apresentados na televisão. Formaram-se grandes grupos econômicos de mídia televisiva, produtores de vontades e de consciências. Essas empresas chegaram a ser identificadas como um quarto poder pela influência exercida na sociedade.

A casa, que na média da média definia-se pela simplicidade e singeleza, *pari-passu*, adequa-se à absorção dos novos equipamentos.

O ambiente doméstico composto por dormitório(s), sala para visitas, usada eventualmente. Cozinha com fogão a lenha ou carvão, até que o encanamento de gás pudesse generalizar seu uso, como aconteceu no pós-guerra. A cozinha guardava no seu interior o combustível, carvão ou lenha. O moedor de café, pois que o café era vendido em grãos até que a indústria de torrefação e moagem se organizasse. Peneiras de todo tipo para limpar o feijão, o arroz, a farinha de trigo. Os açougues vendiam no varejo toda e qualquer porção de carne de boi, de porco. A carne de aves era geralmente tratada em casa.

A modernização das estruturas é um processo contínuo capaz de subverter costumes. Os eletrodomésticos exerceram e exercem fascínio. O design industrial e os muitos diversos complementos realizam estratégias mercadológicas dirigidas a segmentos sociais criteriosamente calculados.

Em decorrência, a arquitetura funcional dos ambientes domésticos seria visceralmente transformada, à medida que a modernização avançava sobre os modos de fazer. A mobilidade espacial dos pobres em direção às periferias, como são as áreas de expansão do tecido urbano, quase sempre, devido a impossibilidade de remunerar a renda da terra em bairros centrais, parece terminar na aquisição da casa própria nos conjuntos habitacionais. E a vida segue padronizada, correndo riscos de esterilização. É mesmo na cozinha que percebemos esse risco. Aliás, a cozinha está perdendo qualidade que sempre teve de ser um laboratório, lugar onde coisas diversas eram misturadas, além de ter perdido o tamanho que assegurava convívio. Basta agora uma gela-

GEOGRAFARES 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

JULHO- DEZEMBRO, 2020
ISSN 2175-3709

4. *Lefebvre fala em demografia dos objetos para sugerir que o consumo é programado em função da duração. A quantidade é métrica do espaço, do tempo, do dinheiro, da propriedade. A qualidade é o sentido, sensibilização dos sentidos.*

deira, um fogão e um micro-ondas para descongelar alimentos pré-fabricados. Para a grande massa de homens e mulheres que lutam pela sobrevivência, essa questão pode parecer bizarra. Mas o enigma colocado é o da propriedade em relação à apropriação; da quantidade em relação à qualidade⁴.

Entre tantas implicações da indústria elétrica, tem-se também que considerar a estruturação da indústria de alimentos porque é preciso desnaturalizar a vida cotidiana e compreender que o ritmo e o sentido que apresenta é uma construção sócio-histórica.

Ao fim e ao cabo, o cotidiano urbano ganhou forma, materializou-se e como conceito é a abstração concreta do mundo da mercadoria. Hoje, o que projeta a investigação utópica é a conquista da vida cotidiana, a recriação da cotidianidade, recuperando forças alienadas no estetismo, disseminadas na política, perdidas na abstração, desligadas do real.

Pode-se, inclusive, perguntar sobre os efeitos das tecnologias do cotidiano na vida das mulheres, no sentido de (des)compromissá-las em relação à família e em relação ao ambiente doméstico? etc... Inclusive, se as tecnologias deram maior visibilidade ao seu trabalho e se lhes permitiu ação política.

A resposta é sim e não. Pode-se pensar que a suposta liberdade da mulher tenha sido pelo menos em parte, negócio para a indústria eletrotécnica, pois nessa metamorfose ficou subentendido que cuidar da casa é tarefa da mulher. E que, uma casa sem equipamentos é muito diferente de uma casa equipada. Os equipamentos domésticos têm duração programada e, como geralmente acontece, cabe a mulher cui-

dar do uso e funcionamento correto de coisas que ela mal compreende. A manutenção de tais equipamentos, *via de regra*, é o que lhe cabe como confirmação de suas responsabilidades originárias.

Por outro lado, a afirmação de sua liberdade deriva da capacidade de usar e abusar do tempo intersticial, quero dizer do tempo fragmentado, residual entre uma coisa e outra, no desempenho dos seus papéis, agora tomados sociais. Mas é exatamente nessa circunstância que se coloca a astúcia das mulheres na ultrapassagem dos limites estruturais que lhes são impostos. A insurreição do uso do tempo e do espaço prescrito está baseada nas *relações de criação* realizadas num campo de domínio da afetividade feminina, a envolver a vida das mulheres, diga-se, desde o nascimento até a morte.

A luta pela sobrevivência das famílias de mulheres operárias pobres preenche as colunas dos jornais operários das décadas de 10 e 20. Portanto, os trabalhos fora do lar a par do trabalho invisível realizado anonimamente nos domicílios antecederam este período mais recente, no qual as mulheres articularam-se nas lutas sociais, transformaram-se em uma particularidade militante, construíram suas pautas e clamaram por direitos.

A escolaridade feminina levou adiante e ampliou o mundo no qual e para o qual as mulheres sempre se dedicaram; muitas adentraram pelas carreiras liberais já bem estabelecidas (campos do direito, da saúde, da educação), enquanto outras, principalmente pós-segunda guerra, abriram frentes de trabalho dedicando-se, inclusive aos negócios.

Foi o aprofundamento da divisão do trabalho que criou as oportunidades para que o talento feminino se

realizasse mais amplamente, uma vez que o processo de industrialização alargava o espectro de atividades induzidas e as possibilidades de integrar o trabalho feminino em funções e serviços exigentes de alguma especialização.

A constatação da dupla jornada e o debate em torno dela influiu na divisão sexual do trabalho. Pelo momento esse debate continua. Os homens, expostos aos dramas das famílias, em geral se tornaram mais colaborativos.

Mas no fundo, na base da sociedade de classes, pertencentes às camadas pobres estão mulheres que, na condição de domésticas, são o suporte necessário para a formação e ascensão dos quadros femininos nas escalas superiores da divisão social do trabalho, onde estão os melhores empregos e os maiores salários. Para as domésticas, no mundo ao qual elas pertencem, a dupla jornada é regra.

O trabalho e a política

Na vida das mulheres o costume ditava as normas de conduta. Muitos costumes que hoje poderiam ser considerados bizarros chegaram a ser legais, apareceram nos códigos. Os direitos civis nunca foram dadas. Foi preciso que as próprias mulheres pensassem no direito civil para superar a condição de absurda de subalternidade em que viviam. A primeira e principal luta foi pelo direito de votar.

Desde 1922, o movimento pelos direitos das mulheres no Brasil, clamava pelo direito ao voto. O Código Eleitoral de 1932 inscreveu o voto feminino, no campo dos direitos dos cidadãos e mulheres com 21 anos passam exercer o direito ao voto.

Bertha Lutz, geralmente reconhecida como a primeira feminista brasileira, estudou biologia na Sorbonne-Paris e, para dar assistência legal ao movimento feminista, cursou Direito na Universidade do Brasil (atualmente UFRJ). Em sua luta em favor da condição feminina fundou, em 1919, a Liga para Emancipação da Mulher, que mais tarde se tornaria a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Em 1922 foi co-fundadora do Movimento pelos Direitos das Mulheres no Brasil e integrou o comitê que redigiu a Constituição Brasileira em 1934, na qual as mulheres passaram a exercer direito ao voto a partir dos 18 anos.

Os aspectos da herança ancestral, prescritos nos costumes e inscritos nos códigos, as tais bizarrices, eram o dote que o pai de uma jovem entregava ao futuro marido, o que, na prática, era coisa parecida com compra e venda; no casamento o homem decidia tudo, era o chefe da família e podia até impor castigos. Eram comportamentos que se arrastou por muito tempo. A Revista Cláudia em 1958 recomendava que não se deve incomodar o marido com assuntos domésticos e, no Código Civil de 1972, ainda, a mulher é incapaz, igualada aos índios e aos menores de idade.

A República trouxe transformações no plano político e também no plano econômico. Na década de 1920 a indústria têxtil ganha importância como possibilidade de trabalho para as mulheres. Mas as condições de trabalho eram por demais hostis. Mulheres pobres tinham uma vida de extrema dificuldade. Os ambientes de trabalho contribuíam para disseminação de doenças como a tuberculose. Depoimentos colhidos mencionam que no inte-



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

JULHO- DEZEMBRO, 2020
ISSN 2175-3709

5. Poly. *A Vida nas Fábricas. A Plebe. São Paulo, 8 de abril de 1933, p.4.*

6. *O Estado Novo foi o regime político instaurado por Getúlio Vargas entre 1937-1946, marcado por centralização do poder, nacionalismo e autoritarismo.*

rior das fábricas, a vinte metros de distância, companheiros viam apenas os contornos uns dos outros, devido a quantidade de pó de algodão em suspensão.

Certa vez uma operária foi denunciada porque levava todos os dias uma espula de linha; numa tarde o gerente mandou revistá-la e encontrou o que procurava. Era fatal, ia ser despedida. A operária revoltada, disse: se me mandam embora tiro-lhes os olhos, tenho três filhos menores e o marido tuberculoso e não tenho com que remendar os trapos. Por isso levo a linha⁵.

Havia mulheres que no interior das fábricas trabalhavam por contratos sujeitas a intensa exploração. Aproveitavam-se dessa situação mestres e contramestres ao prometer arranjar outras máquinas mais produtivas, melhores, com o objetivo de receber em troca favores sexuais. Quando não cediam eram perseguidas, multadas.

Na década de 1930, o Estado Novo⁶ enfraqueceu o sindicalismo autônomo, criado pelos trabalhadores, ao elaborar a Consolidação das Leis do Trabalho e para oficializar os sindicatos profissionais, atrelando-os ao Estado. Apenas os trabalhadores sindicalizados começaram a ter direito as férias, jornada de 8 horas e aumento salarial. O Estado interferiu na formação da classe trabalhadora. Somente os operários sindicalizados gozavam dos benefícios da legislação social.

Ao contrário dos trabalhos executados nas próprias casas, a indústria de fiação e tecelagem dava visibilidade ao trabalho feminino. Aprendiz de tecelãs (a partir de 13 anos de idade depois da CLT) trabalhavam ao lado das profissionais tecelãs que comandavam o trabalho nos teares. Eram mulheres, meninas e moças pobres, de baixa ou nenhuma escolaridade, uniformizadas pela empresa (vestidas com macacão) que circulavam nas proximidades das tecelagens, nos bairros fabris de São Paulo. Formavam um grande exército de trabalhadoras.

dades das tecelagens, nos bairros fabris de São Paulo. Formavam um grande exército de trabalhadoras.

A premissa fundamental que necessita ser assegurada quando estudamos os aspectos do desenvolvimento do capitalismo é sua progressão desigual, no tempo e no espaço. Assim, as mulheres da indústria têxtil, com sua problemática, a partir de certo momento, vivem no contexto social a que pertencem, da mesma forma que as mulheres que contemporaneamente estavam ocupando postos de trabalho em funções dos serviços urbanos. Fossem nos escritórios, nos consultórios, no magistério, etc. A sociedade de classes é marcada por descompassos e desigualdades. Mas a classe trabalhadora desfruta de uma posição na sociedade que lhe permite perceber, mais dia, menos dia, o contexto dessa desigualdade fundamental. O trabalho assalariado nas fábricas, a organização dos sindicatos autônomos, depois os sindicatos previstos na legislação trabalhista, integrou a luta política do trabalho, vencendo a alienação pelo trabalho no movimento operário.

Enfim, o trabalho invisível ocupava o espaço da casa, inserindo-se no ritmo e no sentido do cotidiano e sempre funcionou como um complemento, ora mais ora menos, necessário ao trabalho masculino. Mas foi pelo trabalho fabril, enquanto demanda do capital industrial, que a consciência da diferença entre gêneros e os rendimentos de salários se tornava clara para as mulheres. Maria Elvira Fernandes Balseiro, imigrante, natural da Coruña, em Espanha, aos 16 anos, operária na indústria P. Maggi Cordas e Barbantes, situada na Barra Funda, São Paulo, afirmou que ao perceber a diferença de seu salário em relação

aos salários dos homens, apesar de fazerem serviço igual, protestou com veemência e foi atendida no seu protesto.

Naturalmente, os processos combinados de urbanização-industrialização estavam fadados a criar outras, muitas outras oportunidades de trabalho feminino, inclusive o trabalho qualificado exigente de especializações. Mas isso jamais foi para a massa trabalhadora.

As normalistas, em geral jovens professoras primárias, oriundas de famílias de prestígio naquele contexto social que corresponde aos primeiros momentos do processo de industrialização de São Paulo, foram mobilizadas para cooperar no enfrentamento de problemas de uma sociedade que lançava todos os seus recursos no sentido de configurar a sociedade do trabalho e de superar o analfabetismo reinante.

A formação da força de trabalho para indústria, como também a reprodução das famílias dos trabalhadores, a domesticação dos hábitos de vida, tidos por rudes, da população migrante precisavam ser sujeitados aos padrões da cidade. Era necessário superar o analfabetismo e difundir os princípios higienistas, através de práticas simples comuns e cotidianas entre os trabalhadores e trabalhadoras. O higienismo praticado como uma filosofia do urbano era suporte teórico para equacionar essa problemática que tinha por objeto a sociedade e seu espaço. Foi assim que o ensino das primeiras letras, através da escola primária, de caráter público, exercido por moças das classes altas, se fez chegar à textura fina da sociedade. As localizações que não tinha nada além de algumas casas, a venda e quiçá uma capela tinham o Grupo Escolar. Através dele o Estado se fazia presente no território.

As professoras das primeiras letras palmilhavam o território sob proteção do Estado. Não apareciam socialmente como mulheres trabalhadoras porque se distinguiam pelo vestuário e pelos modos de ser. No entanto, sub-repticiamente, do fundo da trama social foi sendo cultivado o valor relativo ao *ser professora*. Dizia-se: “Esse é um bom trabalho para mulheres, escola é diferente dos outros ambientes de trabalho.”. As professoras não apareciam socialmente como mulheres trabalhadoras, principalmente porque essa atividade, em sua gênese, foi organizada como dádiva, exclusivamente de moças da elite, porque elas sabiam ler.

Na segunda metade do Século XX, professores da escola primária questionavam as próprias condições de trabalho, de salário e entraram em greve. O Governador do Estado em resposta ao movimento diz: Vocês querem aumento de salário? Não temos culpa que sejam mal casadas.

A esta altura as coisas já não eram como antes. Agora, na docência das primeiras letras havia homens e mulheres proletarizados. A percepção do governador era ainda aquela do passado. Já não funcionava a mística de que trabalho era aquilo que apenas o homem desempenhava. Na prática, a proletarização no trabalho era já condição de reprodução da categoria dos professores. Homens e mulheres tinham que contribuir para o orçamento doméstico. O governador, homem do passado ou com poucas noções da realidade, se pronunciava fora do tempo.

O capitalismo pauta a vida social e gera sua própria crítica. Num certo ponto as mulheres se viram como sujeitos de direito e o feminismo, enquanto particularidade militante, de modo consciente, passou a re-

colher eventos históricos que ajudassem esclarecer essa tomada de consciência e a elaborar uma pauta própria. Desse trabalho de verificação histórica resultou a constatação de que muitas mulheres assumiram posições de vanguarda nos processos mais amplos de transformação social, mesmo sem terem se assumido como feministas. Elas merecem destaque porque indicam as possibilidades de autonomia de pensamento e de vida.

Nesse sentido rendo homenagem a Presidente Dilma Rousseff, a primeira mulher presidente da República Federativa do Brasil, eleita democraticamente por duas vezes. Rendo homenagem também a Yara Yavelberg, professora, psicóloga, jovem militante de esquerda, levada ao limite do sacrifício na luta por um mundo diferente. Da mesma forma, rendo homenagem às vanguardas artísticas, políticas porque, em geral, sinalizam o novo, operam com as utopias. Estas (as utopias) entendidas como algo que se projeta no horizonte, ainda não tem lugar, mas que já é possível.

As mulheres que integraram as vanguardas artísticas do movimento modernista, na década de vinte, deixaram extraordinário legado. Entre outras artistas, destaco Tarsila do Amaral e Anita Malfatti, que devotadas à pintura, na perspectiva de gravar o Brasil em suas telas, valorizaram as cores das matas tropicais, os frutos tropicais, as fábricas, os operários; participaram do Grupo Antropofágico de crítica radical. Ambas estudaram em ateliers na França e Alemanha e ao retornar se interessaram integralmente pelo Brasil. Afirmam analistas do modernismo que a última fase da obra de Tarsila do Amaral é identificada como Social. Lembro ainda, Pagu, como foi conhecida Patrícia Galvão

que era escritora, jornalista e escreveu o primeiro romance proletário da literatura brasileira; afirmando-se trotskista, colaborou com a revista Vanguarda Socialista.

Estas mulheres eram todas ricas. Descendentes de grandes proprietários, de homens influentes da República. Falavam várias línguas num contexto de *apartheid* social. O Brasil mal saíra do escravismo colonial. Por isso será sempre interessante refletir sobre os seus papéis. Essencialmente, as vanguardas experimentam o sacrifício imposto ao novo até romper o presente e subvertê-lo. É assim nas artes, na ciência e na política; tal como foram os ataques de misoginia lançados sobre a Presidente Dilma Rousseff. Não existe maior preconceito do que a misoginia porque são recusas a atributos da espécie humana. *Aquela mulher*, dito em tom de desprezo e ódio, rebaixava todas as mulheres na sua humanidade.

GEOGRAFARCS 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

JULHO - DEZEMBRO, 2020
ISSN 2175-3709

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DAMIANI, Amélia Luisa. *Urbanização Crítica: Periferias urbanas*, in: São Paulo _____ *Metrópole em Mosaico*. Org. Ana Maria de A. Camargo. São Paulo. CIEE - Centro de Integração Empresa e Escola, São Paulo. p 35-50. 2010.

_____ (Des)accords entre la Geographie et l'urbain: la contribution de Henri Lefebvre. In: *En Traversant la Geographie Marx, Lefebvre et les Situcionnistes*. Org. Amélia L. Damiani e Ricardo Baitz. São Paulo Editora Tiragem Livre. São Paulo, 2018. p. 27-60.

LEFEBVRE, H. *Introdução a Modernidade*. Editora Paz e Terra Rio Janeiro, 1969.

_____ *O Direito a Cidade*. Ed. Documentos. São Paulo, 1968.

_____ *La Vie Quotidienne dans le Monde Moderne*. Éd. Gallimard. Paris 1968.

Instituto Acende Brasil-Pesquisa Desenvolvimento Setor Elétrico. Rio de Janeiro, 2017.

McDOWALL, Duncan. *Light, a História da Empresa que Modernizou o Brasil*. Rio de Janeiro. Edições Ediouro 2008.

Ministério de Minas e Energia. *Recursos Energéticos do Brasil e Panorama da Energia Elétrica*. Governo Federal, 1966.

Panorama do Setor de Energia Elétrica no Brasil - Centro da Memória da Eletricidade no Brasil. Rio de Janeiro, 1988.

SAES, Alexandre M. *Conflitos do Capital Light versus CBEE na Formação do Capitalismo Brasileiro*. São Paulo: Editora Alameda, 2008.

ZOLA, Emile. *Como se Casa Como se Morre*. São Paulo: Editora 34. São Paulo, 1999.

GEOGRAFARES 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

JULHO- DEZEMBRO, 2020
ISSN 2175-3709